



EUGENIA E HIGIENISMO NO BRASIL: IDEIAS ANTIGAS EM PRÁTICAS CONTEMPORÂNEAS

Victor Augusto Benez Padilha, Marina Benez Padilha, Valéria Zanetti

Universidade do Vale do Paraíba/Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento, Avenida Shishima Hifumi, 2911, Urbanova - 12244-000 - São José dos Campos-SP, Brasil. victor-abp-1995@hotmail.com, marina.benez@gmail.com, vzanetti@univap.br.

Resumo - O seguinte artigo, desenvolvido com base em pesquisa histórica exploratória, sustentada em estudo qualitativo, visa mostrar a permanência das ideias higienistas e eugenistas que ganharam força no Brasil entre o final do século XIX e início do século XX. Para isso, foi realizada uma breve retomada histórica da chegada dos ideais higienistas e eugenistas no país, assim como da adoção de práticas atreladas a tais ideais, comparando-as com ações que recentemente vem sendo adotadas, frente a uma parcela da população brasileira.

Palavra-chave: História; Higienismo; Eugenia; Exclusão social.

Área do conhecimento: Ciências Humanas

Introdução

Este artigo explora brevemente as origens da política eugenista-higienista no Brasil, assim como a história da exclusão da população negra do país, reforçada, sobretudo, a partir do século XIX. Propõe-se realizar correlações entre as ideias e práticas que ganharam força no Brasil com o processo abolicionista ao final do século XIX e os discursos que atualmente estão sendo utilizados para se realizar medidas que se assemelham às práticas de reorganização social adotadas na época.

Segundo Gioppo (1996) era esperado que as ideias eugenistas durante a década de 1920 fossem descartadas devido ao fato de se basearem na pangênese, teoria já considerada ultrapassada na época, porém o movimento foi contrário ao esperado.

No Brasil, o ideal higienista foi incorporado primeiramente, segundo Gioppo (1996), por médicos higienistas e simpatizantes, sendo disseminado por meio de boletins médicos que não eram acessíveis à população. Como instrumento de disseminação popular, Gioppo (1996) aponta que foram utilizados livros de literatura e de formação de professores.

As estratégias disciplinares higienistas foram incorporadas pela elite brasileira com o intuito de modificar hábitos dos operários e criar uma nova mentalidade e postura do trabalhador no seu espaço de trabalho (Gioppo, 1996), precedendo a chegada do taylorismo e fordismo no país. A família também passou a ser alvo das intervenções higienistas, estratégia utilizada para se enraizar nos âmbitos de trabalho e familiares dos operários.

A segregação consequente destas estratégias se espalha para diversos âmbitos, sendo um deles o da saúde, ilustrado pela "Síndrome do Morumbi" (Gioppo, 1996). Neste evento, que ocorreu em 1971, uma epidemia de meningite atingiu a população de baixa renda, sendo esta encoberta até o ano de 1974, ano em que a epidemia foi contida e controlada mas chegou a atingir o bairro Morumbi, em região elitizada.

Tal ocorrência levanta o questionamento de uma perpetuação de segregação baseada em ideais enraizados em nossa sociedade durante a história. Pretende-se realizar a intersecção entre notícias e políticas de natureza eugenista e higienista na contemporaneidade, como forma de refletir sobre as ações de permanências que visam o adestramento da sociedade, objetivando encaixar o indivíduo nas normas desta, e o possível expurgo daqueles que possuem condutas e situações desviantes das normas.

Metodologia

Foi realizada uma pesquisa histórica exploratória com base em artigos científicos associados à temática da história do higienismo e eugenismo no Brasil. Foram utilizados também filmes, notícias e reportagens para articular com acontecimentos presentes na atualidade.



Resultados

A pesquisa permitiu identificar elementos que apontam uma certa cristalização nas estratégias de controle social, que se assemelham as atitudes higienistas e eugênicas adotadas em fins do século XIX. Por mais que a sociedade se desenvolve tecnologicamente, não se percebe avanços significativos nas relações sociais e de respeito às diferenças, o que nos permite estabelecer uma intersecção entre as ações permanente de um passado excludente no presente em que vivemos.

Discussão

Origem da ideia eugenista no século XX

As ideias eugenistas começaram a surgir no século XIX, inicialmente com a criação da obra de Darwin, *The origins of species*, em 1859. As ideias presentes em sua obra começaram a ser utilizadas por Francis Galton, que a aplicou em um conceito novo, originando o darwinismo social, conceito este que considerava que os seres humanos eram desiguais por possuírem aptidões diferentes, inferiores e superiores uns aos outros. (BOLSANELLO, 1996)

Tais ideais foram utilizados com o pretexto de inferiorizar outras etnias, devido ao fato das colonizações e domínios econômicos europeus na África e alguns países da Ásia estarem ocorrendo neste século. O constante contato entre diferentes etnias gerou a necessidade, aos olhos dos europeus, de se criar ideologias que atestassem o domínio europeu sobre outras culturas. Porém, mesmo tendo o eugenismo se iniciado a partir da distorção das ideias de Darwin, foi Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882) o escritor de *Essai sur l'inégalité des races humaines* (1853), que começou de fato a criação do pensamento racista moderno, tal como apontado por Gahyva (2015).

Sua tese consistia na ideia de que uma raça pura, ao se misturar com outras, se degeneraria e entraria em declínio. De acordo com Gahyva (2015), Gobineau tentava achar formas de explicar o declínio do sistema monárquico francês, sendo assim o intuito de sua obra primeiramente político, e apenas utilizava da biologia para atestar suas críticas ao declínio da aristocracia francesa e o aburguesamento da sociedade. O discurso de Gobineau é contundente:

Eu penso portanto que a palavra 'degenerado', se aplicada a um povo, deve significar, e significa, que esse povo não tem mais o valor intrínseco que outrora ele possuía, porque ele não tem mais em suas veias o mesmo sangue, cujos cruzamentos sucessivos têm gradualmente modificado o seu valor; dito de outro modo: que com o mesmo nome ele não tem conservado a mesma raça dos seus fundadores; enfim, que o homem da decadência, este que se denomina o homem degenerado, é um produto diferente, do ponto de vista étnico, do herói das grandes épocas (GOBINEU, 1983 *apud* GAHYVA, 2006, p. 556).

No século XIX, as ideias eugenistas não ganharam muita força na Europa, sendo apenas consideradas e aceitas no século XX devido à necessidade de teorias que sustentassem as superioridades raciais perante outras etnias, com a afirmação de regimes totalitários.

Agregação das ideias eugenistas no Brasil

As "ciências" raciais ganharam força no Brasil devido o papel que exerciam na manutenção da exclusão social infringida aos negros no período. Bolsanello (1996) aponta que grande parte dos intelectuais que aderiu às ideias eugenistas faziam parte da elite do país ou possuía vínculos com ela, sendo de seu interesse manter as populações de mestiços, negros e índios, que constituíam a maior parcela da população brasileira, afastadas do âmbito social. Bolsanello (1996) também afirma que o período foi marcado pelas tensões sociais, agravadas pela industrialização crescente no país, gerando a necessidade do regime que se encontrava em vigor de disseminarem explicações dos problemas sociais da época cujas causas não se filiassem ao regime em questão, dando forma à essas causas, tais como o clima e a constituição étnica da população.

Dessa forma, os intelectuais passaram a criar um princípio baseado na arianização por meio de argumentações "científicas" que atribuíam aos brancos papéis de superioridade em relação aos outros grupos étnicos.

Exclusão e discriminação

No meio do século XIX o Brasil passava pelo período de abolição da escravatura; o regime escravagista começou a entrar em declínio por conta das pressões impostas pelos Ingleses que, por meio da lei Bill Aberdeen impuseram ao restante do mundo a proibição do tráfico de escravos,



levando a elite brasileira a se preparar para o fim da escravidão. No mesmo período que o tráfico negreiro foi proibido, a elite agrária adquiriu a aprovação da Lei de Terras, que impedia o acesso às terras por outro meio que não a da compra, segundo Peniani e Batista (2010).

Com o intuito de realizar um embranquecimento da população, Peniani e Batista (2010) afirmam que o governo, assim como alguns fazendeiros, começou a estimular as imigrações de europeus, reduzindo ainda mais o espaço dessas populações segregadas no meio social. Ribeiro (1995) enfatiza a falta de suporte à população negra por parte da classe dominante, principalmente durante este período, assim como a negação de qualquer assistência e posse de terras. Devido a isso, muitos se viram forçados a deixar as áreas rurais, visando encontrar um ambiente mais propício à sobrevivência. Os bairros criados a partir deste movimento deram, segundo Ribeiro (1995), lugar as favelas e “Desde então, elas vêm se multiplicando, como a solução que o pobre encontra para morar e conviver. Sempre debaixo da permanente ameaça de serem erradicados e expulsos” (RIBEIRO, 1995, p.222)

Após 150 anos, percebe-se o mesmo quadro em que se encontra essa população, segregada da mesma forma que outrora fora. Nesse quadro de desigualdade social vemos a formação de grupos segregados lutando para ter uma parcela dos direitos que lhes foram negados, como o movimento dos Sem Terra, por exemplo, que visa se defender da expulsão e desapropriação de terras. A luta pela concretização da reforma agrária, não realizada, deixou a maior parte da população à mercê dos grandes latifundiários, perpetuando a desigualdade vigente no país.

Além das desigualdades no meio rural, pode-se notar que as populações que migraram para as cidades por falta de condições nos campos também tiveram destinos iguais, como as populações das favelas e dos bairros periféricos que sofrem com a falta de atenção de serviços públicos que, em tese, deveriam ser disponíveis para toda a população.

Exclusão Institucionalizada e Práticas Eugénistas-Higienistas

De acordo com Masiero (2014), Renato Kehl, o implementador da eugenia no Brasil, embasava suas ideias em perfis psicopatológicos, justificando que os modos de agir individuais eram fatores que indicavam a degeneração racial. Tal discurso acabou culminando no uso de instituições para manter aqueles que eram considerados indesejados longe do meio social, tal como indigentes, crianças, pessoas com instabilidade mental, deficientes, entre outros.

Um grande exemplo de instituição desse período foi o hospital psiquiátrico Colônia em Barbacena, Minas Gerais, que ficou aberto de 1903 a 1980 e teve um número de 60 mil pacientes mortos nesse período de tempo, conforme relatado no filme “Holocausto Brasileiro”, produção que foi baseada no livro de Daniela Arbex.

O filme retrata que a maioria os pacientes eram indigentes e negros, não tendo condições mentais comprometidas. Muitas internações de pacientes apresentavam motivos não relacionados a tratamentos psiquiátricos, sendo o local descrito como um “depósito de gente”, negligenciando a preocupação com a melhoria mental desses pacientes, assim como de seus direitos como humanos, sendo o hospital apenas um local em que se depositavam pessoas indesejadas pelos familiares.

Esse fato, ocorrido no início do século XX se junta a outros que emergem da história privada das instituições para o conhecimento do público. Um exemplo de tal situação é o hospital psiquiátrico Vera Cruz, em Sorocaba, São Paulo, como mostrado na reportagem “A Casa dos Esquecidos”, feita em agosto de 2012 pelo Conexão Repórter, retratando pessoas mantidas em condições insalubres e inumanas, e mais uma vez apresentando maior números de negros.

Eugenia-Higienismo na contemporaneidade

Atualmente, pode-se identificar medidas políticas de cunho higienista que vem sendo tomadas em alguns estados do país, visando principalmente a parcela da população que já vem sofrendo com a exclusão social. Tais medidas se estendem desde a desapropriação e falta de distribuição de terras, até o sistema carcerário, manicomial e hospitalar, desempenhando o papel de promover a exclusão daqueles que são considerados indesejados e improdutivos do meio social.

É comum ouvirmos discursos associados ao Brasil como um país livre de racismo e preconceito por conta da diversidade étnica e cultural; porém, os índices carcerários provam o contrário. Estudos da década de 1980 referentes ao estado de São Paulo mostraram que a população carcerária de negros é maior se comparada a dos brancos:



Segundo projeções do IBGE para 1980, 72,1% da população residente do Município de São Paulo era composta por brancos, ao passo que os negros (pretos e pardos) totalizavam 24,6%. [...] enquanto os negros representavam cerca de 26% da população paulista, em 1999, eles totalizavam cerca de 44% da população carcerária em São Paulo (LIMA, 2004, p. 62-63).

Além dessas constatações, Lima (2004) ilustra que o número de negros indiciados é desproporcional ao número daqueles que sofreram a execução penal. Quando ilustrados os dados referentes aos homens brancos, percebe-se uma proporcionalidade numérica. Essa desproporção é ainda mais evidente quando se observam as porcentagens de mulheres negras que são indiciadas e aquelas que sofrem execução penal. Nota-se que a desigualdade percebida nos âmbitos sociais é também marcante no âmbito judiciário.

Atualmente, no estado de São Paulo, podem-se notar medidas de cunho higienista se materializando em políticas que envolvem um discurso de higiene pública. De acordo com uma publicação eletrônica datada de janeiro de 2017 presente no Estadão, o decreto, que antes proibia a Guarda Civil de recolher objetos de moradores de rua foi alterado, permitindo essa prática. No tempo em que houve tal alteração, entre os meses de junho e julho de 2016, seis moradores de rua morreram devido ao frio na cidade de São Paulo, sendo atribuídas as mortes a esta mudança e tal ocorrido promoveu a vedação de tal prática. Porém, no dia 21 de janeiro de 2017, as práticas que antes foram vedadas voltaram a ser permitidas, abrindo precedentes para que os itens pessoais de moradores de rua fossem tomados dos mesmos, simplesmente por estarem vivendo nesta condição, ferindo diretamente seus direitos, tal como apontado por uma matéria eletrônica publicada em junho de 2017 pela Revista Galileu.

Oliveira Sobrinho (2013), ao discorrer sobre a ideologia higienista em São Paulo entre os séculos XIX e XX, afirma que a rua passa a ser o objeto da disciplina, cujas greves e cortiços eram considerados uma ameaça à ordem burguesa e à noção de civilidade, ameaça essa à ordem responsável pela manutenção das desigualdades. Tal postura acentuou o foco da higiene nas áreas pobres da cidade, áreas consideradas propagadoras das “doenças” sociais, cujas práticas visavam colocar o foco dos problemas sociais em grupos minoritários que muitas vezes eram e continuam excluídos pela sociedade.

Atualmente, além dos moradores de rua, indivíduos que realizam grafiteagem nos muros públicos também vem sendo alvos de medidas higiênicas pelo governo, que visam “limpar” as cidades e restituir, tal como Oliveira Sobrinho (2013) apontou, a ordem disciplinar das ruas.

Em publicação da Galileu, realizada em junho de 2017, aponta-se que vários governos já se utilizaram de medidas de melhoria estética das cidades para desviar o foco dos problemas sociais que estão presentes nos espaços urbanos. As medidas de “embelezamento” da cidade desviam a atenção da população para a necessidade de demandas públicas, mostrando a deficiência de políticas sociais e negligência de serviços para atender as camadas sociais mais necessitadas, facilitando que emergam discursos referentes à melhora da situação social baseadas apenas na melhora estética das cidades.

Almeida (2015) aponta que teorias higienistas referentes à pena visavam adotar medidas que se voltavam à cura ou eliminação de indivíduos infratores, concebendo-as como solução para atingir a normalização da sociedade. A partir dessas teorias manifestavam-se práticas que visavam a reorganização do espaço social, limpeza em instituições de uso público e outras medidas de cunho medicinal. Sendo assim, pode-se perceber que, apesar das mudanças nos discursos, as práticas higienistas ainda são vigentes na sociedade atual, principalmente aquelas que visam a reorganização do espaço público e a limpeza de instituições, prática que vem sendo adotada no momento atual em que vivemos.

Oliveira Sobrinho (2013) aponta que o disciplinamento e o tratamento da pobreza esconderam a realidade social por meio da organização espacial urbana importada. Pode-se identificar, então, a herança dessa reorganização urbana nas estratégias arquitetônicas que visam dificultar ou até mesmo impedir a acomodação dos indivíduos em situação de rua em certos locais da cidade.

Michel Foucault nos esclarece o sentido das permanências ideológicas de certas práticas nos faz entender como e por que o poder do Estado gera discursos homogeneizadores:

O Estado não é em si uma fonte autônoma de poder. O Estado nada mais é que o efeito, o perfil, o recorte móvel de uma perpétua estatização, ou de perpétuas estatizações, de transações incessantes que modificam, que deslocam, que subvertem, que fazem deslizar insidiosamente, (...) os tipos de controle, as relações entre as autoridades locais, a



autoridade central, etc. (...) O Estado não é nada mais que o efeito móvel de um regime de governamentalidades múltiplas (FOUCAULT, 2008, pp. 105-106).

Foucault (2008), em uma das aulas presentes em o Nascimento da Biopolítica, ao discorrer sobre as intervenções realizadas por políticas sociais na Alemanha, afirma que as intervenções não são feitas nos processos econômicos em si, mas sim em prol do processo econômico. A operação realizada na Cracolândia recentemente ilustra tais intervenções de cunho econômico e político, mascaradas por políticas e ações ditas como sociais. Uma das medidas tomadas após a operação de remoção de usuários de drogas foi a reorganização social, visando a expansão e “recuperação” do centro, tal como apontado pela notícia do Portal do Governo datada de 05 de setembro de 2017.

O Jogo econômico, tal como Foucault (2008) aponta, “[...] com os efeitos desiguais que ele comporta, é uma espécie de regulador geral da sociedade, a que, evidentemente, todos devem se prestar e se dobrar.” (FOUCAULT, 2008, pp. 196), sendo perpetuado, por meio deste, os tratamentos desiguais e a exclusão daqueles que são “[...] uma ameaça à noção de civilidade [...] uma ameaça à ordem burguesa de cidade limpa, disciplinada e livre das imundícies e de manifestações turbulentas [...]” (OLIVEIRA SOBRINHO, 2013, p. 214), dando uma falsa ideia de progresso enquanto escondem as precariedades sociais que se perpetuam ao longo dos séculos de história de nosso país, sendo apenas ignoradas e escondidas, entrando em um paradoxo infundável de desenvolvimento e desigualdades.

Conclusão

A eugenia e o higienismo, práticas do passado, estão ainda presentes na contemporaneidade. A sobrevivência de tais práticas por tão longo período pode se dar devido a concepção de que foram eficazes, assim como o fato de terem sido enraizadas no pensamento da população, tornando-se de certa forma naturalizadas, sendo mantidas com o objetivo de direcionar o foco dos verdadeiros problemas para aqueles cuja natureza toma característica meramente estética.

A pobreza, os indigentes, a sujeira e os prédios pichados são problemas facilmente identificados e as medidas tomadas atualmente afirmam implicitamente que podem ser facilmente escondidos, tirando os moradores de rua das áreas públicas e mantendo as populações pobres longe dos centros de maior movimentação das cidades, escondendo a sujeira dos lixos e as pichações que denunciam.

Esconder os problemas é algo fácil, assim como maquiagem a cidade e afirmar que foi feita uma melhoria, porém esses problemas não são resolvidos simplesmente ignorando-os e negligenciando-os, mas sim aprimorando políticas públicas que visem promover a real assistência à população.

Referências

A CASA DOS ESQUECIDOS. Conexão Repórter: Sorocaba: SBT, 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=UZBMAKNxua0>> Acesso em: 16 jun. 2017.

ALMEIDA, B. R. Biopolítica e mecanismos de limpeza social no Brasil: a influência do discurso eugênico-higienista no controle do crime na virada do século XX. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, v. jan., n.p., 2015. Disponível em: <<http://www.eumed.net/rev/cccss/2015/01/biopolitica.pdf>> Acesso em : 18 jun. 2017.

BOLSANELLO, M. A. Darwinismo social, eugenia e racismo "científico": sua repercussão na sociedade e na educação brasileira. *Educ. rev.*, Curitiba, n. 12, p. 153-165, 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40601996000100014&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 29 mai. 2017.

FELIX, P. Doria altera decreto sobre morador de rua. *Estadão*. Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,doria-altera-decreto-sobre-morador-de-rua,70001637134>> Acesso em: 19 jun. 2017.

FOUCAULT, M. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GAHYVA, H. Tocqueville e Gobineau no Mundo dos Iguais. In: DADOS – **Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, 2006, Vol. 49, nº 3, pp. 553 a 582. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v49n3/a05v49n3.pdf>> Acesso em : 05 jun. 2017.



GAHYVA, H. Arthur de Gobineau e Gilberto Freyre: um encontro improvável, uma aproximação possível. **Horiz. antropol.** [online]. 2015, vol.21, n.44, pp.371-390. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v21n44/0104-7183-ha-21-44-0371.pdf>> Acesso em: 26 mai. 2017.

GIOPPPO, C. Eugenia: a higiene como estratégia de segregação. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 12, p. 167-180, dez. 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40601996000100015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 set. 2017.

HOLOCAUSTO BRASILEIRO. Produção por Daniela Arbex. Barbacena, MG: HBO, 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CVMGZqV2cP4>> Acesso em: 16 jun. 2017.

KIST, C.; TANJI, T. Políticas higienistas nas cidades podem apenas esconder problemas. **Revista Galileu**. Jun. 2017. Disponível em: <<http://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2017/05/o-que-voce-faz-para-mudar-sua-cidade.html>> Acesso em: 19 jun. 2017.

LARA, S. H. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S.l.], v. 16, 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11185/8196>>. Acesso em: 28 ago. 2017.

LIMA, R. S. Atributos raciais no funcionamento do Sistema de Justiça Criminal Paulista. **São Paulo Perspec**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 60-65, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000100008> Acesso em: 18 jun. 2017.

MASIERO, A. L. A psicopatologia na obra de Renato Ferraz Kehl. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 7, n. 2, p. 164-178, 2014. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v7n2/v7n2a05.pdf>> Acesso em: 17 jun. 2017.

MST - Movimento dos trabalhadores rurais sem terra. 2014. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/nossa-historia/inicio>>. Acesso em: 16 jun. 2017.

OLIVEIRA SOBRINHO, A. S. São Paulo e a Ideologia Higienista entre os séculos XIX e XX: a utopia da civilidade. **Sociologias** [online]. 2013, vol.15, n.32, pp.210-235. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222013000100009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 04 set. 2017.

PENIANI, I. M. T.; BATISTA, R. L. A realidade concreta dos escravos no contexto das lutas para a emancipação no século XIX. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. **O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense**, 2010. Curitiba: SEED/PR., 2014. V.1. (Cadernos PDE). Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2010/2010_fafipa_hist_artigo_ilza_maria_tiburcio.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2017.

PORTAL DO GOVERNO. **626 apartamentos são sorteados no centro em inédita PPP da habitação**. Portal do Governo, 05 de setembro de 2017. Disponível em: <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/626-apartamentos-sao-sorteados-no-centro-em-inedita-ppp-da-habitacao/>> Acesso em: 05 set. 2017.

RIBEIRO, D. Classe, cor e preconceito. In: RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido de Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, p. 219-227, 1995.

SOUZA, V. S. A. Eugenia brasileira e suas conexões internacionais: uma análise a partir das controvérsias entre Renato Kehl e Edgard Roquette - Pinto, 1920-1930. **Hist. cienc. Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 23, supl. 1, p. 93-110, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702016000900093&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 jun. 2017.